

# EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO NO PÓS - ABOLIÇÃO ATRAVÉS DE FICHAS DE CONTRATAÇÃO ENTRE 1920 E 1930

## EDUCATION IN SÃO PAULO IN THE POST - ABOLITION THROUGH HIRING FILES BETWEEN 1920 AND 1930

Michele Silva Joaquim 1

**Resumo:** O presente artigo traz para o debate sobre educação da população negra na cidade de São Paulo no pós-abolição o uso de informações contidas em fichas de contratação. Nesta pesquisa foram utilizadas fichas da Companhia Antarctica Paulista produzidas entre 1920 e 1930, documentação tombada como de interesse público e social desde 2006. Através da metodologia da história serial escolhemos especificamente o campo "Assinatura do empregado" para verificarmos quais eram alfabetizados ou não. Utilizamos fichas que possuem fotografia 3x4 cm para identificarmos os negros através do conceito de heteroidentificação: as imagens foram fundamentais já que não existe no documento o campo "cor/raça/etnia". O analfabetismo da população negra é posto como uma das possibilidades da ausência do negro no mercado de trabalho, buscando sempre uma superioridade do estrangeiro branco. Conseguimos trazer indícios para relativizar essa visão através do campo "assinatura" das fichas de contratação, documento importante para a história da educação da população negra no pós-abolição. Essa discussão faz parte da dissertação de mestrado defendida em 2023 na PUC-SP, intitulada: Onde estão dos negros? Trabalhadores da Companhia Antarctica Paulista entre 1920 e 1930.

**Palavras-chave:** Educação. Ficha de Contratação. Negros. Pós-abolição. São Paulo.

**Abstract:** This article brings to the debate on education of the black population in the city of São Paulo in the post-abolition period the use of information contained in hiring forms. In this research, files from Companhia Antarctica Paulista produced between 1920 and 1930 were used, documentation listed as being of public and social interest since 2006. Using the serial history methodology, we specifically chose the field "Employee signature" to check which people were literate or not. We used cards with 3x4 cm photographs to identify black people through the concept of heteroidentification: the images were fundamental since the "color/race/ethnicity" field does not exist in the document. The illiteracy of the black population is seen as one of the possibilities of the absence of black people in the job market, always seeking superiority from the white foreigner. We were able to bring evidence to relativize this vision through the "signature" field on the hiring forms, an important document for the history of education of the black population in the post-abolition period. This discussion is part of the master's thesis defended in 2023 at PUC-SP, entitled: Where are the black people? Workers at Companhia Antarctica Paulista between 1920 and 1930.

**Keywords:** Education. Hiring Form. Blacks - peoples. Post-abolition. São Paulo.

1 Doutoranda em História pela UNICAMP; Mestra em História Social pela PUC-SP; Especialista em Gestão de Arquivos pela FESPSP; Especialista em História, Sociedade e Cultura pela PUC-SP; Bacharela e Licenciada em História pela UNIFIEO e Técnica em Museus pela ETEC Parque da Juventude. É membro do Grupo de Pesquisa Clubes Sociais Negros do Brasil - Uruguai. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6272468707820708>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7399-9349>. E-mail: [miguns220@gmail.com](mailto:miguns220@gmail.com)

## Introdução

Este artigo faz parte da pesquisa desenvolvida na dissertação: Onde estão os negros? Trabalhadores da Companhia Antarctica Paulista entre 1920 e 1930, defendida em abril de 2023 no programa de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tem como principal objetivo trazer para o debate historiográfico o uso de fichas de contratação para contribuir com estudos sobre a educação da população negra na cidade de São Paulo no pós-abolição da escravidão. Quais negros estamos pesquisando? Nosso estudo parte da análise da série documental: Fichas de Contratação da Companhia Antarctica Paulista. Importante frisar que a série pesquisada não foi construída pela autora, ela já estava criada dentro dos parâmetros arquivísticos que constituem as séries documentais, buscando entender a produção de documentos e ações da empresa.

Esses documentos nos impuseram três limitações: primeiro a temporal, pois temos fragmentos, não existe a ficha do funcionário número 01 até os dias atuais, as fichas estão concentradas entre as décadas de 1920 e 1930, a próxima documentação é da década de 1970, apenas uma caixa arquivo de documentos da filial de Marília. Arquivisticamente falando, temos a chamada massa documental acumulada, não foram utilizados critérios usando o plano de classificação e tabela de temporalidade, instrumentos de gestão documental, para a escolha do que seria preservado, essas fichas sobreviveram ao tempo e constituem um pequeno exemplo da documentação dos empregados da Companhia Antarctica Paulista (CAP).

A segunda limitação é sobre a caracterização física desses trabalhadores, essas fichas não possuem um campo raça/etnia/cor para a identificação, sendo assim, analisamos as fichas que possuem a fotografia 3x4 cm do funcionário, para que através de uma análise visual de características físicas (cabelos, formato do nariz, cor da pele), pudéssemos identificar os negros e negras, foco de nossa pesquisa. Sem as imagens 3x4 cm, cairíamos em generalizações, mostrando apenas trabalhadores nacionais ou estrangeiros, já que existe o campo Lugar de Nascimento, mas não para etnia. As informações sobre raça nos registros de pessoal, só passam a ser obrigatórias na década de 1930 como parte da criação do sistema de Previdência Social no Brasil. As imagens nos auxiliam na compreensão dos dados. George Andrews (1988) fala sobre a dificuldade de pesquisa, com poucos dados e sem informação de raça nas fontes analisadas, baseando-se no local de nascimento para distinguir os nacionais dos estrangeiros.

A terceira limitação é a espacial. A análise está concentrada na fábrica matriz do bairro Mooca em São Paulo. A escolha se deu pelo tamanho da série restrita a este espaço, pois havia uma caixa-arquivo com 285 fichas de funcionários da primeira filial em Ribeirão Preto, uma caixa arquivo com 296 fichas de funcionários da filial de Santos, e três caixas-arquivo da matriz Mooca com mais de 2.000 fichas, organizadas em ordem alfabética dos nomes dos funcionários de A até Z, uma caixa arquivo da filial de Marília, mas da década de 1970.

Essas fichas de contratação, como qualquer outro documento administrativo, não nasceram com a alcunha de documento histórico, a transformação do arquivístico é ponto de partida e a condição de uma história nova (Certeau, 1982). Essa documentação, assim como a documentação da Companhia Cervejaria Brahma estão custodiados pela Fundação Antonio e Helena Zerrenner (FAHZ)<sup>1</sup>. O decreto de 07 de abril de 2006<sup>2</sup> declarou de interesse público e social o acervo documental privado da Companhia Antarctica Paulista, trazendo para o debate o alcance da lei de arquivos de 1991 ao tratar de arquivos privados de interesse público, questão muito bem analisada por Talita dos Santos Molina (2018), e que ainda merece novas discussões, afinal o acesso é fundamental para novas pesquisas.

A indisponibilidade de fontes para pesquisa é apontada por Álvaro Nascimento (2016), como um fator para o hiato existente na historiografia sobre o trabalhador negro. De acordo com o autor, dados de registros de contratação dos trabalhadores das empresas, licenças, regulamentos de funcionamento, biografias dos seus proprietários, homenagens recebidas, entrevistas com descendentes de escravizados e trabalhadores diversos são possibilidades de investigação. Ainda

1 Ver história dessa fundação em: <http://www.contadino.com.br/assets/zerrenner-2016.pdf>. Acesso em: 04 maio 2024.

2 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/dnn/dnn10812.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/dnn10812.htm). Acesso em: 08 jun. 2023.

de acordo com Álvaro, fábricas empregaram gerações inteiras de famílias e podem ser analisadas, mostrando as condições materiais de existência durante toda a República.

Após 1888, com a promulgação da lei “Áurea”, ex-escravizados estavam nas ruas, casebres, cortiços, no comércio informal, nas redes de serviço, nos empregos públicos subalternos e nas fábricas, porém foram excluídos destas por uma historiografia que associou a história do trabalho no Brasil e do movimento operário aos imigrantes italianos e anarquistas espanhóis, segundo Flávio Gomes e Petrônio Domingues (2011).

As fichas possuem os mesmos campos de preenchimento: “Nome”, “Data de Admissão”, “Data de nascimento”, “Lugar de nascimento”, “Filho de”, “Estado civil”, “Natureza do cargo ou serviço”, “Ordenado mensal”, “Diária”, “Vencimentos ou Gratificações”, “Porcentagens”, “Residência”, “Assinatura do empregado”, “Observações”, e no verso “Férias”. Na dissertação mencionada, esses dados foram planilhados e analisados, trazendo para o debate discussões como: moradia, custo de vida, migração, relações familiares. Para este artigo focaremos na discussão sobre a educação da população negra por meio da análise do campo “Assinatura do empregado”, com esse dado percebemos se os funcionários eram alfabetizados ou não - quando o funcionário não é alfabetizado o campo está em branco e nas ‘Observações’ escreviam: “Não sabe ler ou escrever”, ou “*Analfabeto*”, como na figura 1 abaixo.

**Figura 1.** Ficha de Antonio, não alfabetizado<sup>3</sup>

**Fonte:** Acervo histórico Fundação Zerrenner (2021).

Essas fichas nos auxiliam a compreender a escolarização dos negros na cidade de São Paulo. Daniela Cristina Lopes de Abreu (2011), nos informa sobre a dificuldade de encontrar dados sobre a educação dos negros, recorrendo não apenas a fotografias, mas também livros de matrícula, relatórios de inspetores de ensino, mapas de frequência; as informações são esparsas, é necessário recorrer a diversos tipos de fontes. A série pesquisada ajuda na composição das informações sobre a alfabetização do proletariado negro paulistano entre 1920 e 1930.

## Metodologia

A pesquisa documental teve um enfoque quantitativo analítico, verificando o contexto da atuação dos trabalhadores negros dentro de uma indústria em São Paulo no começo do século XX

<sup>3</sup> As tarjas nas imagens do texto são da autora.

através dos estudos dos dados coletados. Seguindo a metodologia da História Serial, fazemos uma análise social através da série constituída, sendo ela o recorte e a essência do objeto de pesquisa.

A História Serial refere-se ao uso de um determinado tipo de fontes (homogêneas, do mesmo tipo, referentes a um período coerente com o problema a ser examinado), e que permitam uma determinada forma de tratamento (a serialização de dados, a identificação de elementos ou ocorrências comuns que permitam a identificação de um padrão e, na contrapartida, uma atenção às diferenças, às vezes graduais, para se medir variações) (Barros, 2011, p.205).

O que nos trouxe até essas pessoas foram suas imagens registradas em fotografias 3x4 cm, que eram coladas em suas respectivas fichas. Como informado, o campo “cor/raça/etnia” não está presente no documento, sem as fotos não seria possível a afirmação da presença ou ausência de negros e negras na empresa entre 1920 e 1930. A identificação se deu pela fisionomia, analisando cor, cabelo, traços que identificam as pessoas negras - as fotografias contribuem para ampliação da visão sobre os mundos do trabalho; segundo Maria Ciavatta (2012), aqui elas nos ajudaram a confirmar uma presença que é pouco analisada na historiografia. Alguns estudos foram pautados pelas informações contidas nos censos de 1890 e 1940, únicos que continham informações sobre a cor/raça da população. A grande lacuna temporal trouxe impactos na escrita sobre a inserção dos negros no mercado de trabalho:

Como apenas os censos de 1890 e de 1940 contiveram informações sobre cor da pele da população, a maior parte dos estudos que pretende elucidar a questão da inserção dos negros no mercado de trabalho nas primeiras décadas do século XX extrapola conclusões a partir das informações do censo de 1890...Qualquer que seja o artifício metodológico, a verdade é que os anos significativos da formação do mercado capitalista no Brasil, decisivos para a absorção da população negra nas oportunidades oferecidas no mercado de trabalho, permanecem mal compreendidos. (Melo; Marques, 2001, p. 1)

As fotografias são uma maneira de conhecer o passado, mas não reúnem todo o conhecimento sobre ele, segundo Kossoy (2012). As fichas sem as imagens 3x4 cm não trazem a dimensão racial da composição dos funcionários da empresa, e se tivéssemos apenas as imagens também não teríamos informações completas sobre aqueles funcionários, ou seja, só é possível uma compreensão desses sujeitos presentes na CAP quando relacionamos as fotografias com os dados contidos na sua ficha de contratação.

Sobre essas imagens: “Tratam-se de registros de fragmentos do mundo visível caracterizados em geral pela inexistência de fatos dinâmicos que poderiam eventualmente ser flagrados em sua espontaneidade” (Kossoy, 2012, p. 117). Temos seus rostos como fragmentos de trabalhadores urbanos fabris da cidade de São Paulo, que foram alfabetizados e conseguiram se inserir na maior indústria cervejeira do Estado.

Na série documental analisada, dos 2.629 funcionários da matriz Mooca, apenas 50 são negros. É um universo pequeno, mas a qualidade dos dados é o nosso foco, a história serial não trata apenas de quantidade. Com a pouca presença nesse *corpus* documental, podemos inferir que boa parte dos trabalhadores negros poderia estar fora da legislação trabalhista, desempenhando atividades informais ou por conta própria, dado apontado por Aristeu Lopes (2019).

Para uma história global do trabalho a coleta de dados é necessária: grande quantidade de informações sobre a estrutura do trabalho, salários, demografia, movimento dos trabalhadores e a comparação desses dados, como diz Marcel Van der Linden (2009). Com a elaboração de tabelas fizemos análises sobre educação dos homens negros em São Paulo, um dado importante, não há mulheres negras desempenhando funções dentro da CAP no período analisado, boa parte da historiografia demonstra que para elas sobraram os trabalhos domésticos (Pereira, 2011; Bernardo,

1998; Fernandes, 1978). Uma possível análise sobre essa ausência foi apontada por Andrews (1988) analisando as empresas *Light* São Paulo e Jafet, de acordo com o autor, existia uma relutância das famílias negras de enviarem suas mulheres e filhos menores para o trabalho nas fábricas, esse é um ponto para novas pesquisas.

## Discussão

Na historiografia educacional apontada por Marcus Vinícius Fonseca (2016), prevalece a ideia de que no Brasil os negros não frequentaram a escola até o século XIX, o autor fará análises de correntes educacionais que permanentemente negam a relação dos negros com os espaços escolares, para ele essa visão se dá pela constatare relação feita entre ser negro e ser escravizado. Em 1887 escravizados eram proibidos de frequentar escola pública na então Província de São Paulo, a não ser que fossem autorizados por seus senhores. Isto não quer dizer que os negros eram proibidos; esse equívoco trouxe implicações para a historiografia, como apontado por Cynthia Greive Veiga (2008):

Se tomarmos alguns grupamentos de registros, podemos observar que foi recorrente a sinonímia negros e escravos, contribuindo para uma série de equívocos na historiografia da educação brasileira por incorporar tal registro e não se dar conta da importância da diferença entre a cor e a condição jurídica das pessoas para discutir o processo de produção da inclusão escolar de crianças na recém-fundada nação (Veiga, 2008, p.509).

Analisando as fichas de contratação funcionários negros da CAP entre 1920 e 1930, cruzando os dados entre o preenchimento do campo “Assinatura do empregado” e o campo “Data de nascimento”, percebemos que entre os 10 empregados nascidos antes da abolição, apenas um deles era analfabeto na data de sua contratação. São oriundos de diversos locais do país, nos dando indícios da possibilidade do acesso à educação ter ocorrido fora da cidade de São Paulo. Abaixo a figura 2 que exemplifica.

**Figura 2.** Tabela de Relação entre data de nascimento e alfabetização

Nome	Data de Nascimento	Alfabetizado	Local de Nascimento
Augusto Lima	27/02/1888	Sim	Juiz de Fora
<b>Antonio Joaquim</b>	15/10/1860	<b>Não</b>	<b>Mar - Bahia</b>
Capitulino de Mello	15/07/1884	Sim	Marmin - Estado de Sergipe
Elias Freitas da Silva	04/05/1875	Sim	Barra Mansa - RJ
José Evangelista Menezes	15/06/1879	Sim	São Paulo
João Antonio Rosario	06/01/1875	Sim	Guarulhos - Estado de São Paulo
João Galdino dos Santos	15/01/1880	Sim	Bahia
Napoleão da Silva	04/1882	Sim	S. José do Barreiro - São Paulo
Ozorio Romano	20/01/1886	Sim	Espírito Santo do Pinhal - Estado de São Paulo
Raul Alves Ferreira	03/05/1888	Sim	Campanha - Estado de Minas Gerais

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

Em pesquisa realizada em 2007, Fonseca (2016), evidenciou que em Minas Gerais nos anos 1830, os negros estavam presentes nas escolas elementares, sendo a maioria do alunado. Com essa análise o autor encontra a distinção básica entre ser negro e ser escravizado, já que as escolas elementares da Província de Minas Gerais eram proibidas aos escravizados e não aos negros.

A ascensão por meio da educação é analisada na trajetória do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto, de acordo com Magali Engel (2023), o pai do escritor Lima Barreto, teve sua carreira de tipógrafo alavancada pelo acesso à qualificação profissional e à educação, além de sua inserção em redes de sociabilidade. Não se sabe sua formação nas primeiras letras, mas João Henriques frequentou o curso de tipografia do Imperial Instituto Artístico, criado pelos irmãos Fleiuss em 1859 na cidade do Rio de Janeiro.

Os exemplos apresentados por Fonseca e Engel, ampliam o conhecimento das práticas educacionais em outros estados do país antes da abolição, e as possibilidades de acesso aos negros, contribuindo para a desmistificação de que a população negra ficou fora dos bancos escolares no século XIX. Os fragmentos da documentação da CAP também apontam nessa direção, demonstrado que o acesso a documentos trabalhistas pode auxiliar na compreensão da questão educacional dos negros antes e pós – abolição como veremos a seguir.

Entre esses 50 funcionários negros pesquisados, 92% eram alfabetizados. Apenas quatro eram analfabetos quando foram contratados, entre eles apenas um era da cidade de São Paulo. Abaixo a figura 3 com a relação dos funcionários alfabetizados ou não.

**Figura 3.** Tabela de Relação de alfabetizados ou não

Nome	Local de Nascimento	Alfabetizado
Albano Francisco	Barra Mansa - RJ	Sim
Antonio Alves dos Reis	Bom Jardim - BA	Sim
Augusto Lima	Juiz de Fora	Sim
Antonio Soares	S. José do Barreiro - São Paulo	Sim
Aristides Franco	São Paulo	Sim
Antonio Joaquim	Mar - Bahia	Não
Benedicto de Souza	São Paulo	Sim
Benedicto José Pedro	Mogy Mirim - Estado de São Paulo	Não
Benedicto Francisco Fortunato	Portugal	Sim
Benedicto Ignacio dos Santos	Jambeiro - Estado de São Paulo	Sim
Benedicto Braz	Jaboticabal - Estado de São Paulo	Sim
Benedicto Costa	Porto Ferreira - Estado de São Paulo	Sim
Cornelio Bento Felipe	Amparo - Estado de São Paulo	Sim
Capitulino de Mello	Marmin - Estado de Sergipe	Sim
<b>Domingos Ramos de Aguiar</b>	<b>São Paulo</b>	<b>Não</b>
Edgar da Silva	São Paulo	Sim
Elias Freitas da Silva	Barra Mansa - RJ	Sim
Emilio Alves	Piracicaba - Estado de São Paulo	Sim
Euclides Moreira	Lorena - Estado de São Paulo	Sim
Ezequiel Ramos	São Paulo	Sim
Fausto de Oliveira	Campinas - Estado de São Paulo	Sim
Francisco de Paula	Campinas - Estado de São Paulo	Não
Izaltino Felicio Borba	São João de Atibaia - São Paulo	Sim
José Soares de Souza	Mineiros - Estado de São Paulo	Sim
José Emílio da Conceição	São Paulo	Sim
José Evangelista Menezes	São Paulo	Sim
José Gonçalves	Districto da Sé - Bahia	Sim

José Alves Monteiro	São Paulo	Sim
José Maria dos Santos	Lorena - Estado de São Paulo	Sim
José Pedro	Amparo - Estado de São Paulo	Sim
Joaquim Custódio	Ribeirão Bonito - Estado de São Paulo	Sim
Joaquim Lourenço	Mococa - Estado de São Paulo	Sim
Joaquim Silveira	Amparo - Estado de São Paulo	Sim
João Antonio Rosario	Guarulhos - Estado de São Paulo	Sim
João Galdino dos Santos	Bahia	Sim
João Chrispim	Rio de Janeiro	Sim
João Fortunato Mathias	Batataes - Estado de São Paulo	Sim
João Paulo Rodrigues	Bahia - S. Salvador	Sim
José Raymundo	Pouso Alegre - Minas Geraes	Sim
Luiz Bento	Amparo - Estado de São Paulo	Sim
Martinho Rodrigues	Bom Jardim - BA	Sim
Napoleão da Silva	S. José do Barreiro - São Paulo	Sim
Octavio d' Oliveira	S. José do Barreiro - São Paulo	Sim
Oscar Domingos Ferreira	São Paulo	Sim
Ovidio Venancio	Barra Mansa - RJ	Sim
Ozorio Romano	Espírito Santo do Pinhal - Estado de São Paulo	Sim
Raul Alves Ferreira	Campanha - Estado Minas Geraes	Sim
Roberto de Oliveira Salles	São Paulo	Sim
Sebastião Pedro	Amparo - Estado de São Paulo	Sim
Vital Candido	Jambeiro - Estado de São Paulo	Sim

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

Pela documentação não é possível saber o local em que tiveram acesso à educação, mas esses funcionários farão parte da composição de negros alfabetizados na cidade de São Paulo, local de suas atuações. Diante disso, a relação do analfabetismo em São Paulo pode ser revista de acordo com dados do Censo de 1920, já que com o aumento da população também aumentou o número de alfabetizados, incluindo os negros e negras nessa população.

Em SP, ao aumento da população, sobretudo no período 1900–20, equivaleu o aumento do número de alfabetizados — superior ao populacional. Igualmente nesse período, mesmo com aumento de 87,59% de analfabetos, esse percentual caiu para 70,17% em 1920, ante os 75,27% de 1900. Entre 1872 e 1890, a população total cresceu 65,37%, enquanto a taxa de alfabetizados ficou em 38,60% e a de analfabetos em 70,80%. De 1890 a 1900, a diferença na população total foi de 64,81%, enquanto a taxa de alfabetizados — seguindo linha de análise apresentada antes — foi de 188,45%, ante 44,47% de analfabetos. De 1900 a 1920, a população aumentou em 101,21% em relação aos 142,64% de aumento na população alfabetizada e 87,59% de analfabeto (Ferreira, 2013, p. 111-112).

As fichas acompanham essa crescente de população alfabetizada. Entre os ex-empregados que nasceram no pós-abolição, apenas três não eram alfabetizados no momento da contratação. Havia o desejo republicano de transformar pela educação das populações de origem africana e das classes populares, pois ela era o remédio contra os vícios das populações pobres trazidos desde os tempos da escravidão, de acordo com Willian Robson Soares Lucindo (2010).

Como a documentação não aponta o local de formação, Lucindo (2016) nos traz algumas possibilidades: jornais, sociedades, clubes e centros beneficentes fundados e dirigidos por negros na cidade de São Paulo, nas três primeiras décadas do século XX, são locais importantes para desmitificar a ideia de falta de escolarização da população negra antes da popularização da escola na década de 1960. Nessas instituições havia a vontade de instruir a população negra, as tirando da condição de subalternidade.

Desde os projetos abolicionistas, a intenção era de incutir a ideia de amor ao trabalho e à ordem; garantindo que os postos de trabalho não ficassem vagos após a liberdade, a educação seria um mecanismo de manutenção da hierarquia social, o atraso atribuído aos recém-libertos e seus descendentes atrapalharia a construção de uma sociedade civilizada:

Tudo se resumia, portanto, a um esforço decidido e sistemático da parte do Estado no sentido de educar, amoldar, civilizar, controlando e disciplinando o cotidiano dos governados a fim de que eles se tornassem efetivamente úteis ao país, partes integrantes e batalhadoras de uma razão nacional superior (Azevedo, 1987, p.49).

A relação entre a educação e o trabalho como forma de cidadania será veiculada no meio da comunidade negra através de vários de seus jornais como: *O Alfinete* (1918); *A Sentinela* (1920); *O Kosmos* (1922); *O Clarim da Alvorada* (1924); *Elite* (1924); *Auriverde* (1928). O trabalho seria o instrumento do sucesso e engrandecimento do negro e do país, retirando os atributos degradantes das atividades profissionais e destacando-as como fonte de vida, segundo Marcia Luiza Pires de Araújo (2013). O discurso era de que o negro só acompanharia o progresso se realizasse os aprendizados dos ofícios necessários para a expansão da cidade e da indústria, conforme a autora.

A narrativa de educação e trabalho segue ao longo dos anos; no jornal *Progresso* (1928) temos um apelo para que os negros trabalhem; um emprego era como uma herança, escreve Horacio Cunha: “Não é bastante saber ler e escrever. É preciso mais. Um emprego definido. Um ofício. Feliz do pae que consegue dar um emprego a seu filho. Equivale a uma herança. ‘Ofício é benefício’, vive na boca do populacho.” (Cunha in *Progresso*, São Paulo, 23 de junho de 1928).

Analisando a trajetória de Frederico de Baptista de Souza, jornalista da imprensa negra, líder do Grêmio Kosmos e funcionário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo por mais de 40 anos, a autora Livia Tiede (2023), diz que para alcançar um posto no funcionalismo público era necessário saber ler e escrever, ter conhecimentos de literatura e artes e uma indicação. A busca por um emprego público estava ligada ao salário e a possibilidade de mais uma camada de proteção econômica, como créditos para a compra e fianças de imóveis. Mais uma evidência da questão educacional para adentrar ao trabalho formal, mesmo com uma boa formação, a primeira indicação para a atuação na Faculdade de Direito, era inferior aos conhecimentos de Frederico, de acordo com a autora, as qualidades físicas tiveram mais valor que seu talento.

Entre os funcionários da CAP, existem diversas funções tanto na fábrica como no escritório, mesmo entre os cargos com menores salários como os ajudantes, há a presença de alfabetizados, a educação não está ligada ao cargo, apesar de sabermos que para uma função como a de escriturário, saber ler e escrever era obrigatório.

Durante as pesquisas e cruzamento de dados, alguns nomes de funcionários foram buscados no *Google*, entre eles o pintor Aristides Franco. Para surpresa da autora, esse nome foi localizado no livro *Egressos da “GV” do Brás: Escola Técnica Getúlio Vargas (1911 - 1963)*, produzido por Mário Izumi Saito (2010). Entre os formados em 1916 no curso de Pintura, estava o nome de Aristides. Quando trabalhamos com nomes, nos deparamos com a dificuldade dos homônimos, para sanar as dúvidas se estávamos tratando da mesma pessoa, o segundo passo foi entrar em contato com Centro de Memória da Etec GV em São Paulo. Camila Hagio professora da Etec Getúlio Vargas e responsável pelo Centro de Memória localizou o livro de matrículas entre 1911 e 1916.

O livro de matrículas preservado no Centro de Memórias da Etec GV, possui os campos: “Nome”, “Filiação”, “Data de nascimento”, “Ofício” e “Endereço do aluno”. Relacionamos as informações contidas na ficha do funcionário e no registro de sua matrícula, entendendo o livro de matrícula como uma fonte para a história da educação, sendo possível através de sua análise

compreender características do alunado, de acordo com Gil e El Hawat (2015). Com essas informações podemos inferir que se tratava da mesma pessoa, com um possível erro no ano de nascimento. Aristides Franco fez curso de Pintura na Escola Profissional Masculina do Braz, atual Etec Getúlio Vargas, matriculado em 1914, formando-se em 1916. Foi contratado pela CAP em 1924 como pintor. Abaixo a ficha de contratação de Aristides.

**Figura 4.** Ficha De Aristides Franco

*Via Antartico Lima*

Nome **Aristides Franco**

Data da admissão **1924**

Nascido a **16** de **[redacted]** 1899

Logar do nascimento **[redacted]**

Filho de **Antonio Franco Lima**

e de **Maria**

Estado civil **Solteiro**

Natureza do cargo ou **[redacted]**

Ordenado mensal **XXX** por hora **1000**

Diária **[redacted]**

Vencimen **[redacted]**

Porcentagens

Residencia **Rua Dr. Almeida Lima, 99**

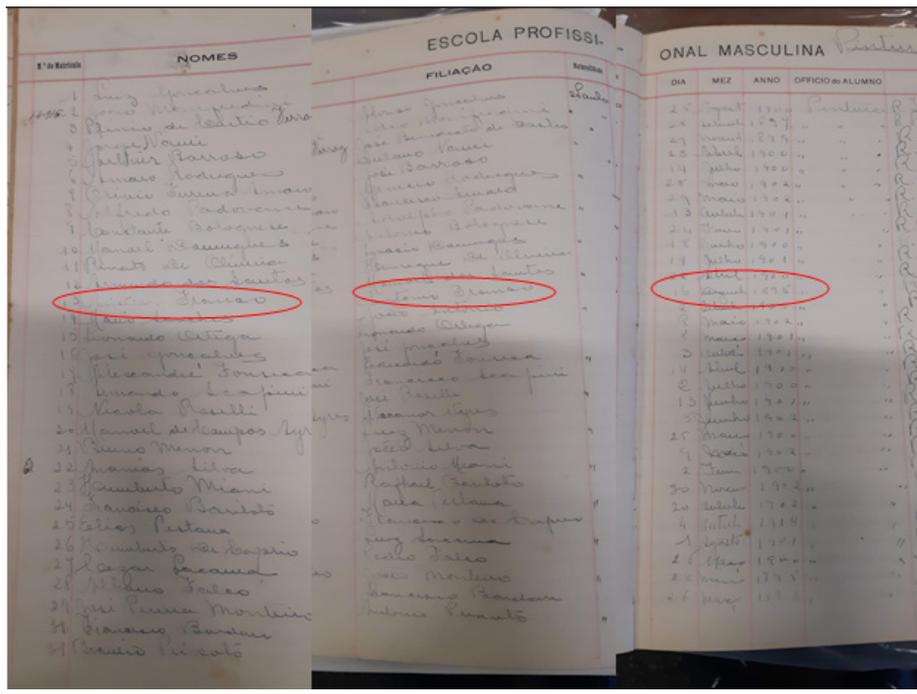
Assinatura do empregado *Aristides Franco*

Observações

**Fonte:** Acervo histórico fundação zerrenner (2021).

A seguir as imagens do caderno de matrículas pertencente ao acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, que contém o nome de Aristide Franco, matriculado em 1914.

**Figura 5.** Páginas do Livro de matrículas da Escola Profissional Masculina



**Fonte:** Acervo centro de memória ETEC Gv (2021).

Atualmente denominada Etec Getúlio Vargas, a escola nasceu em 28 de setembro de 1911 como Escola Profissional Masculina; havia também a Escola Profissional Feminina, atual Etec Carlos de Campos, sendo a escola masculina com ensino de artes e ofícios e a feminina para ensino de economia doméstica e prendas manuais. São as primeiras escolas públicas da capital paulista voltadas para o ensino profissional, de acordo com Camila Hagio (2019).

A Escola Profissional Masculina surge no bojo da implantação do decreto 7.566 de 1909 assinado pelo presidente Nilo Peçanha:

**Considerando:**

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;  
 Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime

Art. 1º Em cada uma das capitais dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário e gratuito. Parágrafo único. Estas escolas serão instaladas em edifícios pertencentes à União, existentes e disponíveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim (Brasil, 1909).

Interessante observamos as considerações para o decreto. A implantação de escolas de ensino profissional visando habilitar tecnicamente e intelectualmente os filhos dos desfavorecidos para que se afastassem do ócio, vício e crime - esses termos já foram discutidos, vadiagem era crime. O ócio era condenado, para que não houvesse hordas de pessoas nas ruas era necessário educá-las, já que um dos primeiros deveres do governo era formar cidadãos úteis à nação.

Em 1910 a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo foi inaugurada e começou a funcionar

na Avenida Tiradentes, no bairro da Luz. O surgimento dessas escolas foi o acontecimento mais marcante do ensino profissional na Primeira República, de acordo com Luiz Antonio Cunha (2000).

Em 1911 surgem a Escola Profissional Masculina e a Feminina no Brás, bairro com grande concentração de indústrias. A posição é estratégica e chama a atenção da população para que se instruísem e ocupassem postos de trabalho nessas empresas.

Os primeiros cursos oferecidos pela Escola Profissional Masculina de acordo com o Relatório de 1919 de Aprígio Gonzaga, eram pintura, marcenaria, mecânica, funilaria e eletricidade, além dos cursos noturnos, tendo estes cinco opções: desenho profissional mecânico, desenho profissional para frentistas e pedreiros, desenho profissional para marceneiros, carpinteiros e pintores, desenho profissional para tecelão e curso prático de fiação e tecelagem, e por fim, curso de escultura e plástica. (Hagio, 2019, p. 14)

O surgimento de espaços de educação profissional em São Paulo está ligado ao desenvolvimento industrial da cidade, pois é necessária mão de obra para as fábricas da cidade. Luiz Antonio Cunha (2000) traz cinco elementos presentes na cidade que foram indispensáveis para o desenvolvimento do ensino profissional:

A formação profissional, como elemento de impulso da industrialização, desenvolveu-se nesse estado por existirem aí, ao contrário dos demais, certas condições indispensáveis: 1) capital acumulado na cafeicultura de exportação, disposto a transferir-se para a manufatura; 2) capacidade empresarial, isto é, mentalidade burguesa voltada para a acumulação de capital; 3) mercado consumidor para produtos fabris, formado não só pela burguesia, como também, pelas camadas médias e pelos trabalhadores assalariados; 4) um contingente de trabalhadores (notadamente de imigrantes e seus descendentes) dispostos a se transferirem da agricultura para a manufatura e a indústria, como operários e até mesmo como empreendedores; 5) oferta de energia elétrica para suprir as empresas de força motriz. (Cunha, 2000, p. 115)

A formação técnica de Aristides Franco entre os seus 15 e 17 anos está ligada à ideia de que os negros precisavam ser instruídos para alcançar um espaço na sociedade. Ele não estava classificado entre os abandonados, que poderia tomar o caminho da criminalidade. Esta é uma das noções da criação do ensino profissional, a retirada de pessoas da marginalidade para ser trabalhador na indústria.

Nascido em São Paulo, com pais casados, estudou em um espaço que entendia que a formação não era apenas para a força bruta, trabalho braçal simplesmente. Aprígio Gonzaga, diretor da Escola Profissional Masculina por 23 anos, foi um defensor da educação para a formação do “trabalhador-cérebro”, do trabalhador incutido de “ideias de perfeição” e do desejo de ascender socialmente, de acordo com Maria Cristina Vendramento (2005). Será com esse pensamento de educação que Aristides irá se formar, tornando-se pintor e aos 24 anos sendo contratado pela maior indústria cervejeira do Estado de São Paulo. Evidenciando o sucesso da formação técnica aprendida durante sua adolescência, infelizmente a documentação não possui o campo “Cargo anterior” para sabermos a trajetória profissional empreendida por Aristides, os documentos empresariais vão se complexando ao passo da institucionalização das leis trabalhistas, no período analisado, a documentação é muito simples, mesmo assim, nos traz indícios ricos e importantes sobre a população negra como trabalhadores urbanos.

A política de contratação da Companhia Antarctica Paulista pode ser um novo ponto de reflexão e pesquisa, no entanto não localizamos nos relatórios entre 1920 e 1930 informações de como os funcionários eram selecionados, se haviam requisitos prévios para os cargos e quais eram. Seria importante termos esses dados para entender se havia algum cargo que exigisse um curso específico. A necessidade de saber ler e escrever era solicitada para quais cargos? Outras funções

exigiam um curso técnico, como fez Aristides? Apenas com as fichas não conseguimos obter essas respostas, mas ficam questionamentos para análises futuras.

## Considerações finais

Trouxemos as fichas de contratação de funcionários da Companhia Antártica Paulista como fontes para a história da educação, essa é uma grande possibilidade para novos estudos, já que não é uma documentação usual para esse debate, mas possui elementos que podem ser analisados e auxiliar na discussão sobre a educação da população negra pós-abolição, diminuindo lacunas historiográficas.

O analfabetismo da população negra é posto como uma das possibilidades da ausência do negro no mercado de trabalho, buscando sempre uma superioridade do estrangeiro branco. Conseguimos trazer indícios para relativizar essa visão através do campo “Assinatura do empregado”. Até a primeira metade do século XX a taxa de alfabetização da população negra não passava de 30%, sendo assim, a nossa pequena, porém importante amostra evidencia trabalhadores negros alfabetizados atuando na indústria cervejira. A maioria dos funcionários negros era alfabetizada, essa informação traz para o debate a educação da população negra, a implantação de escolas, o acesso a cursos técnicos como fez o pintor Aristides Franco.

O relacionamento entre a ficha de contratação da CAP e o livro de matrículas da Escola Profissional Masculina do Brás foi fundamental para a melhor compreensão da inserção do negro no ensino escolar formal e de sua profissionalização, e a consequente inserção na indústria, podendo suscitar novas pesquisas relacionando o ensino profissional e as fábricas na cidade de São Paulo entre 1920 e 1930, além de comprovar a importância da preservação e acesso dessas fontes na Fundação Zerrenner e no Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas.

## Referências

ABREU, D. C. L. de. A escolarização dos negros e suas fontes de pesquisa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 11, n. 42, p. 235–248, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639877>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ARAÚJO, Marcia Luzia Pires de. **A escolarização de crianças negras paulistas (1920-1940)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27062013-124505/pt-br.php>. Acesso em: 04 mai. 2022.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARROS, José D’Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, 8a edição. Disponível em: <http://ning.it/fmKC17>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreta%3A,Paragrapho%20%C3%BAnico>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto de 7 de abril de 2006**. Declara de interesse público e social o acervo documental privado da Companhia Antártica Paulista. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10812.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10812.htm). Acesso em: 26 mai. 2022.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro**: olhares sobre São Paulo. 1. reimpressão. São Paulo: EDUC: Editora UNESP, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

ClAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 1, jan-abr 2012, p. 33-46. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a04.pdf>. Acesso em: 12 maio 2022.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino profissional de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo, Brasília: Unesp, Flacso, 2000.

ENGEL, Magali. João Henriques de Lima Barreto: o engajamento político de um tipógrafo negro no contexto da abolição. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1–22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/94330>. Acesso em: 1 maio. 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Organização da instrução pública primária no Brasil**: impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890-1930). 2013. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13661>. Acesso em: 28 dez. 2022.

FONSECA, Marcus Vinícius. A população negra no ensino e na pesquisa em História da Educação no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016, p. 23 – 50.

GIL, N. de L.; EL HAWAT, BRASIL, J. O tempo, a idade e a permanência na escola: um estudo a partir dos livros de matrícula (Rio Grande do Sul, 1895-1919) - The time, age and permanence in school: a study based on the books of registration (Rio Grande do Sul, 1895-1919). **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 19, n. 46, p. 19–40, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/50877>. Acesso em: 04 maio 2024.

GOMES, Flávio; DOMIGUES, Petrônio (Org). **Experiências da Emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

HAGIO, Camila Polido Bais. **Catálogo dos livros raros e especiais do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas**. 2019. Disponível em: <http://www.memorias.cpsctec.com.br/arquivos/EtecGVCatalogoLivrosRaros.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LINDEN, Marcel Van der. História do trabalho: O velho, o novo e o global. In: **Revista Mundo dos Trabalhos**, v.1, n.1, janeiro – junho 2009. Tradução: Renata Meirelles. Revisão: Marcelo Badaró Mattos. Originalmente publicado em inglês: History: The Old, the New and the Global', *African Studies*, 66: 2 (2007), 1- 12. Também publicado em Alemão: 'Was ist neu an der globalen Arbeitsgeschichte?', *Sozial Geschichte*, 22: 2 (2007), 31-44.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Os trabalhadores negros em 3x4: fotografia, história do trabalho e pós-abolição. Pelotas-RS, 1933 - 1944. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p. 1-24, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e66906/42095>. Acesso em: 04 maio 2024.

LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-Abolição**: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931). 2010. F. 108 dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010. Disponível em: [https://docs.wixstatic.com/ugd/45f7dd\\_521d0b8810104443b90a56852ef0c5ed.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/45f7dd_521d0b8810104443b90a56852ef0c5ed.pdf). Acesso em: 04 mai. 2024.

LUCINDO, Willian Robson Soares. A vontade também consola: a formação da esfera pública letrada de Afrodescendente e o debate sobre a educação. In: **A história da educação dos negros no Brasil**. FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.). – Niterói: EdUFF, 2016, p. 305 – 328.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Iguais para o pão e para a pancada? Brancos e negros no mercado de trabalho carioca na Primeira República. O caso da Cervejaria Brahma. In: **IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência internacional de História de Empresas**, São Paulo (FEA-USP), 2001. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/arquivos/hildete-pereira-de-melo\\_teresa-cristina-de-novaes-marques\\_1.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/hildete-pereira-de-melo_teresa-cristina-de-novaes-marques_1.pdf). Acesso em: 10 mar. 2022.

MOLINA, Talita dos Santos. **Arquivos privados e patrimônio documental**: o Programa de Preservação da Documentação Histórica – pró-documento (1984-1988). 2018. 237 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21251>. Acesso em: 03 dez. 2022.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores Negros e o Paradigma da Ausência: Contribuições à História Social do Trabalho. **Estudos Históricos**, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v29n59/0103-2186-eh-29-59-0607.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós- abolição. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26>. Acesso em: 04 mai. 2024.

IMPrensa Negra Paulista. **Progresso**. São Paulo. 23 de junho de 1928. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/impresanegra/index.php/progresso/progresso-23061928-2/>. Acesso em: 07 maio 2022.

SAITO, Mário Izumi. **Egressos da GV do Brás**: Escola Técnica Getúlio Vargas (1911 - 1963). São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.cpsctec.com.br/memorias/livros/memorias/egressosgv.pdf>. Acesso em: 04 maio 2024.

TIEDE, Livia Maria. Vagaroso, árduo e silencioso: o racismo na experiência de trabalho de um ativista negro em São Paulo (1900-1930). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1–19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/95486>. Acesso em: 4 maio 2024.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hjFMbWn5YWMSgtQq6SKHTG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2022.

VENDRAMETO, Maria Cristina. **Da Escola Masculina da Capital (São Paulo) à Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas**: uma proposta de gestão documental. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/39120180/>

[Da Escola Masculina da Capital S%3%A3o Paulo %C3%A0 Escola T%3%A9cnica Estadual Get%3%BAlio Vargas uma proposta de gest%3%A3o documental.](#) Acesso em: 12 nov. 2022.

Recebido em 28 de novembro de 2023  
Aceito em 29 de janeiro de 2024